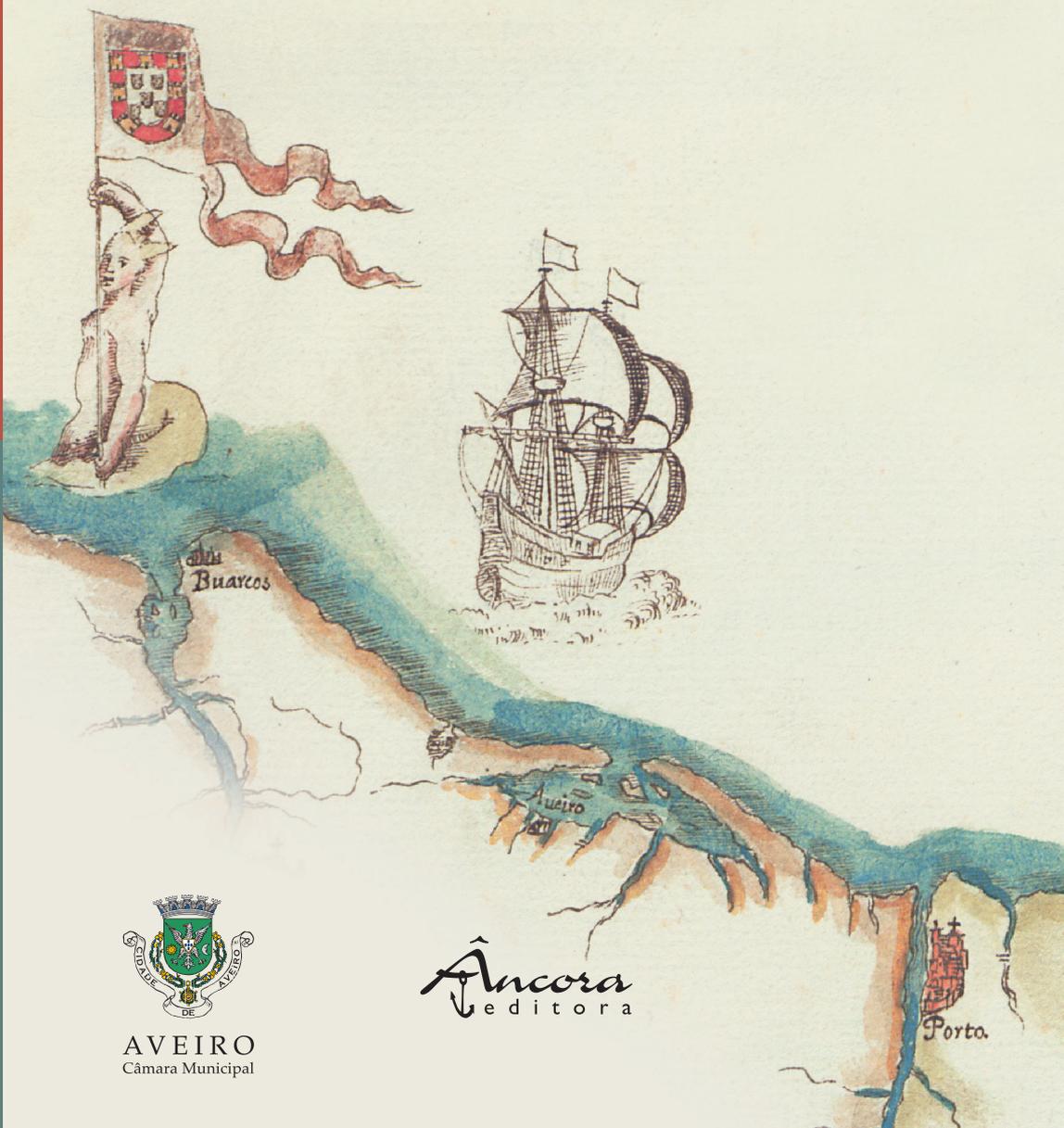


ATAS DAS 8.^{as} JORNADAS DE HISTÓRIA LOCAL
E PATRIMÓNIO DOCUMENTAL DE AVEIRO

AVEIRO E A EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA

1400-1800



AVEIRO
Câmara Municipal

Ancora
editora

© Câmara Municipal de Aveiro e Âncora Editora

Direitos reservados por

Âncora Editora

Avenida Infante Santo, 52 – 3.º Esq.

1350-179 Lisboa

ancora.editora@ancora-editora.pt

www.ancora-editora.pt

www.facebook.com/ancoraeditora

Câmara Municipal de Aveiro

Praça da República

3810-153 Aveiro

geral@cm-aveiro.pt

www.cm-aveiro.pt

www.facebook.com/municipiodeaveiro

As “Jornadas de História Local e Património Documental” são uma organização conjunta da Câmara Municipal de Aveiro e da ADERAV–Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro

Coordenador da colecção: Álvaro Garrido

Seleção e tratamento documental: Câmara Municipal de Aveiro – Divisão de Cultura,
Turismo e Cidadania – Arquivo Histórico

Capa: Sofia Travassos | Âncora Editora

sobre pormenor de: Duarte d’ Armas, ca 1465-?

“Limites de Portugal”

Fronteira de Portugal fortificada pelos Reys deste Reyno. Tiradas estas Fortalezas

no tempo del Rey Dom Manoel [Manuscrito] / copiadas por Brás Pereira, 1642

Biblioteca Nacional de Portugal, Manuscritos Reservados, IL. 192

Edição n.º 28011

1.ª edição: Maio de 2017

Depósito legal n.º 425995/17

Pré-impressão: Âncora Editora

Impressão e acabamento: VASP DPS

ISBN: 978 972 780 603 4

Nota: a opção, ou não, pelas regras do novo Acordo Ortográfico é da exclusiva responsabilidade de cada autor.

AVEIRO E A EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA
1400-1800

Obras publicadas nesta coleção:

1. A Saga dos Astrolábios

A.A.V.V.

2. A Economia Marítima Existe

Álvaro Garrido (introd. e coord.)

3. Museu Marítimo de Ílhavo: Um Museu com História

Álvaro Garrido e Ângelo Lebre

4. Culturas Marítimas em Portugal

Francisco O. Nunes (introd. e coord.)

5. Octávio Lixa Filgueiras: Arquitecto de Culturas Marítimas

Álvaro Garrido e Francisco Alves (coord.)

6. Mútua dos Pescadores: Biografia de uma Seguradora da Economia Social

Álvaro Garrido

7. Mares de Sesimbra – História, memória e gestão de uma frente marítima em torno de a indústria da pesca em Sesimbra de Baldaque da Silva (1897)

Luís Martins (org.)

8. O Rio Mira no Sistema Portuário do Litoral Alentejano (1851-1918)

António Martins Quaresma

9. Portugal no Mar

Álvaro Garrido (introd. e coord.)

10. A Frota Portuguesa do Bacalhau – Uma História em Imagens

Jean-Pierre Andrieux

AVEIRO E A EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA 1400-1800

atas

8.ª Jornadas de História Local
e Património Documental

AVEIRO 2014



AVEIRO
Câmara Municipal

Ancora
editora

AVEIRO E A EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA 1400-1800

8.ª Jornadas de História Local e Património Documental – Novembro 2014

PROGRAMA

sexta, 21 nov

09:00h entrega de documentação

09:30h sessão de abertura

JOSÉ AGOSTINHO RIBAU ESTEVES, Presidente da Câmara Municipal de Aveiro

LAURO AMANDO FERREIRA MARQUES, Presidente da Direção da ADERAV

moderação de JOÃO MARUJO (Câmara Municipal de Aveiro; Serviço de Bibliotecas e Arquivo Histórico)

MOTIVAÇÕES POLÍTICAS, ECONÓMICAS, SOCIAIS E RELIGIOSAS

10:00h conferência inaugural

O País nos alvares de quatrocentos

LÚIS MIGUEL DUARTE (Universidade do Porto)

11:00h pausa para café

ECONOMIA E SOCIEDADE

11:30h *Linhas de força das políticas portuguesas de colonização:*

os começos – Marrocos e ilhas do Atlântico Norte

JOAQUIM ROMERO MAGALHÃES (Universidade de Coimbra)

- 11:50h *Aveiro na época dos Descobrimentos*
DELFIN BISMARCK FERREIRA (Investigador)
- 12:10h *Gentes de Aveiro nos alvares de Quinhentos*
SAUL ANTÓNIO GOMES (Universidade de Coimbra)
- 12:30h debate
- 13:00h almoço livre

moderação de LUÍS SOUTO (Universidade de Aveiro; ADERAV)

- 14:30h *A produção cerâmica de Aveiro no tempo da expansão marítima portuguesa*
SÓNIA FILIPE (Universidade de Coimbra)
e PAULO MORGADO (Universidade de Aveiro)
- 14:50h *A carga dos navios de Aveiro A e B*
INÊS PINTO COELHO, JOSÉ ANTÓNIO BETTENCOURT e PATRÍCIA CARVALHO
(CHAM – FCSH da Universidade Nova de Lisboa)
- 15:10h *As urcas do sal: Aveiro nas rotas do comércio internacional*
SARA PINTO (Universidade do Porto)
- 15:30h *Nota geográfica sobre o povoamento na área de Aveiro
no início de quinhentos*
JORGE ARROTEIA (Universidade de Aveiro)
- 15:50h pausa para café

A CONSTRUÇÃO DO IMPÉRIO – OS PERSONAGENS

- 16:30h *Fernão de Oliveira*
JOSÉ EDUARDO FRANCO (Universidade Nova de Lisboa)
- 16:50h *Antónia Rodrigues*
PAULA DUARTE (Investigadora)
- 17:10h *João Afonso de Aveiro*
FRANCISCO MESSIAS TRINDADE (Investigador)
- 17:30h debate
- 18:30h conclusão dos trabalhos do dia

sábado, 22 nov

moderação de MADALENA PINHEIRO (Câmara Municipal de Aveiro;
Serviço de Bibliotecas e Arquivo Histórico)

A IMPORTÂNCIA DA DOCUMENTAÇÃO E SUA PRESERVAÇÃO
NA RELEITURA DA HISTÓRIA

09:30h *Património arquivístico em Aveiro – repositórios digitais e acesso*

PORFÍRIO DA SILVA (Arquivo Distrital de Aveiro)

09:50h *A preservação da memória da cidade através da cartografia antiga*

NUNO SILVA COSTA (CIEMar - Ílhavo)

A CULTURA, A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

10:10h *A náutica: ciência e tecnologia na navegação portuguesa*

FRANCISCO CONTENTE DOMINGUES (Universidade de Lisboa)

10:30h *A arqueologia subaquática na Ria de Aveiro: estado da arte*

FRANCISCO ALVES (Inst. Arqueologia e Paleociências
da Universidade Nova de Lisboa)

10:50h pausa para café

11:10h *Rumo ao Mar Oceano: Aveiro na arquitetura*

e construção naval dos Descobrimentos

ANTÓNIO VÍTOR CARVALHO (Universidade de Aveiro)

11:30h *As descobertas arqueológicas na Ria de Aveiro – qual a importância*

do “Porto de Aveiro” nos séculos XIV e XV

SÉRGIO DIAS (Arquivo do Porto de Aveiro)

11:50h debate

12:30h almoço livre

moderação de JOSÉ ANTÓNIO CHRISTO (Museu de Aveiro; ADERAV)

14:00h *Aveiro e o Mar*

COM. JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

- 14:20h *A dimensão global da arte no contexto do diálogo intercultural entre o Oriente e o Ocidente*
RUI OLIVEIRA LOPES (Faculdade de Belas Artes – Universidade de Lisboa)
- 14:40h *Os retratos de João de Albuquerque e da Princesa Joana*
FERNANDO ANTÓNIO BAPTISTA PEREIRA (Faculdade de Belas Artes – Universidade de Lisboa)
- 15:00h *A viagem das plantas*
ROSA PINHO (Universidade de Aveiro)
- 15:20h debate

O QUE PERMANECE

- 16:00h conferência final
A expansão portuguesa na historiografia aveirense
MANUEL FERREIRA RODRIGUES (Universidade de Aveiro)
- 17:00h sessão de encerramento
MIGUEL CAPÃO FILIPE, Vereador da Cultura Câmara Municipal de Aveiro
LAURO AMANDO FERREIRA MARQUES, PRESIDENTE DA DIREÇÃO DA ADERAV

O PORTUGAL QUE FOI A CEUTA: CERTEZAS E DÚVIDAS

LUÍS MIGUEL DUARTE

Universidade do Porto / CITCEM

A mais difícil das perguntas

A interrogação que adoptei como ponto de partida para esta reflexão não podia ser mais simples: como era o país de que partiram as caravelas, os soldados, os comerciantes, os povoadores para o Norte de África, para as ilhas atlânticas, mais tarde para o Oriente e para a América do Sul? Como era Portugal, nos domínios político, económico e social, técnico ou cultural, na véspera da expedição que atacou Ceuta e a conquistou? É cómodo e até natural cometermos o erro de olhar para os impressionantes resultados das navegações e da expansão portuguesa e deduzirmos, a partir deles, um país pujante, a transbordar de gente, de energia, de iniciativa, de dinamismo social, de capacidade técnico-económica, de poderio.

Mas a realidade não era essa. Aliás, como primeira ideia, a realidade do Portugal do primeiro rei de Avis (fim do século XIV, inícios do XV) continua a escapar-nos em larga medida. É um país que, para mim, continua a ser bastante misterioso, desde logo devido ao desaparecimento de fontes que seriam essenciais para o respectivo conhecimento. É uma tradição estabelecida e que se tornou já em certa medida maçadora, entre os medievalistas (e alguns modernistas), a chamada ‘lamentação sobre as fontes desaparecidas’. Num recente encontro científico, os investigadores presentes fizeram mesmo uma promessa simbólica: nunca

mais nos queixaríamos dos documentos que não temos – pelo menos até estudarmos bem todos os que temos, o que está ainda muito longe de acontecer. A verdade é que, para responder ao tema que aqui me ocupa, eu sou mesmo forçado a começar por essa ‘lamentação’: fosse por causa do terramoto de 1755, fosse na sequência das invasões francesas ou das guerras liberais, do incêndio de alguns edifícios e arquivos históricos, ou simplesmente devido à incúria própria de um país pobre e culturalmente atrasado – no fundo, houve uma funesta combinação de todos estes factores explicativos – a verdade é que desapareceram fundos, colecções inteiras de fontes, cujo desconhecimento nos impede de responder com segurança à pergunta com que iniciei este texto. Sobretudo porque a perda foi especialmente dramática no que toca àquilo que os franceses chamam as “sources comptables” – fontes contabilísticas, fontes numéricas – ou seja, documentos que nos transmitam contas, números, quantidades. Alguns exemplos:

1. Não temos praticamente documentação para estudar a demografia do país, ou de alguma das suas regiões ou cidades antes do “Numeramento de 1527-1532”, com D. João III. E mesmo este está incompleto e apresenta diversos problemas de interpretação. Essa talvez seja, na minha opinião, a limitação mais difícil (senão impossível) de ultrapassar. Quantos éramos? Como foi flutuando a população portuguesa? Qual a densidade de habitantes por km² em cada região? Quantos habitantes teriam as principais cidades – Lisboa, Évora, Santarém, Porto, Coimbra – ao longo do tempo, naturalmente? E as que vinham depois na hierarquia económica e política do reino? Braga, Guimarães, Viseu, Lamego, Beja ou Portalegre, Faro ou Tavira? Quantos habitantes teria Aveiro por volta de 1415? Aqui e além dispomos de uma cifra, de um imposto (e fazer projecções de número de habitantes a partir de um documento fiscal é sempre arriscado, embora com frequência constitui o nosso único meio para propormos uma quantidade), mas as mais das vezes atira-se um número redondo e ele cola – e fica. Para o Porto do século xv, por exemplo, falou-se em 10.000 habitantes. A quantidade é redonda, parece bem, nem de mais nem de menos, e a partir daí todos passámos a repetir, numa litania tranquila, que o Porto andaria pelas dez mil almas. Mais recentemente, um grande historiador já desaparecido, Armindo de Sousa, através de uns cálculos algo complexos em que aliás não o acompanho, sugeriu um outro número: 4.000 habitantes – outro número redondo (parece-me pouquíssimo). Mas é

assim que estamos, quase reduzidos a palpites, muito afastados entre si (2,5 vezes, neste caso) e sem uma base de sustentação sólida – nem uns, nem outros. Para a Lisboa destes anos Oliveira Marques falou em 30.000 habitantes, o que a converteria numa cidade média-pequena à escala europeia (mas também sem revelar como chegou a este número igualmente redondo). Com base num estudo das “Inquirições”, submetidas a um cuidado tratamento metodológico, Maria Helena da Cruz Coelho avançou com números aproximados e bem mais sólidos para a região de Guimarães no século XIII.¹ Já Miguel Ángel Ladero escreveu que “não há nenhum motivo que permita supor a existência de sobrepovoamento em reinos que tinham vastíssimas regiões em processo de incipiente colonização”. A verdade é que nós não dispomos, por exemplo, de qualquer avaliação quantitativa para a Peste Negra e as vítimas que fez entre nós (aliás temos muito pouca documentação sobre esta pandemia); de modo que, reproduzindo bibliografia estrangeira, vamos repetindo que, em alguns locais, pode ter morrido até um terço da população (um terço de quanto? Não sabemos. Porquê um terço? Não sabemos). E só excepcionalmente somos capazes de avaliar o início da recuperação: em Braga, graças aos estudos de José Marques, podemos pensar numa população em crescimento e a voltar aos níveis anteriores à Peste nos anos 50 do século XV.² O melhor de que temos sido capazes é disto: quando começou a sua expansão, ou seja, *grosso modo* no primeiro quartel do século XV, Portugal teria entre 1 milhão e 1,5 milhão de habitantes (e uma densidade populacional muito semelhante à da vizinha Castela, a única entidade político-geográfica com a qual faz sentido comparar-nos)³. Duas observações: as margens de variação são

¹ “A população e a propriedade na região de Guimarães durante o século XIII”, in *Homens, Espaços e Poderes. I – Notas do Viver Social*, Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p. 139-169, mas sobretudo 142-146. Segundo esta autora, a densidade populacional na região teria aumentado de 30 habitantes por km², em 1220, para 45, em 1258.

² *A Arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988 (veja-se o Capítulo III, “O Quadro demográfico”, p. 267-317).

³ “Sociedad Bajomedieval: crisis y recuperación económica”, in Vicente A. Palenzuela (coord.), *Historia de España de la Edad Media*, Barcelona: Ariel Historia, 2002, p. 818. Este historiador propõe a cifra de quatro milhões de habitantes para a Castela de 1500. Admitindo que Portugal tivesse um milhão de almas, Miguel Ángel Ladero calcula então que a população portuguesa oscilasse entre os 15,90 % e os 15,30 % de uma Península a que atribui 6.250.000 habitantes (*O.c.*, p. 821). E admite densidades populacionais entre os 30 habitantes por km² na Biscaia de 1490 e os 16 a 20 nas melhores zonas agrícolas do reino de Sevilha.

enormes (seria como hoje dizermos que o país tem entre 10 e 15 milhões de pessoas) e, tanto quanto sei, mesmo estes dois números são, cada um deles, bastante aleatórios, pelo que a população efectiva poderia estar abaixo do mínimo ou, o que é bem menos provável, acima do máximo. Mas o “Numeramento de 1527-32”, como disse, já nos permite algumas contas mais seguras; o que costumamos é recuar a partir dele, propondo projecções com a maior das cautelas. Com uma ideia tão etérea da população, quer total quer regional e local, que representação consistente da sociedade e da economia portuguesas podemos nós formar?

2. Praticamente não temos qualquer contabilidade mercantil – de um comerciante rico, de uma família, de uma empresa, de uma oficina de artesanato, de uma sociedade, de uma companhia (se é que existiram companhias entre nós, como julgo que existiram). Percebe-se o enorme vazio que isso cria aos investigadores, as dimensões da economia e da vida do país que deixa na escuridão. Estão actualmente a ser estudados dois livros de contabilidade de uma grande firma italiana, com sede em Pisa, os Salviati – Da Colle, e que durante dois anos (1461-1462) teve uma filial em Lisboa, e todos esperamos revelações importantes dessa investigação.⁴

3. Do mesmo modo não temos qualquer contabilidade portuária: não fazemos ideia de quantos barcos entravam e saíam diariamente (e sazonalmente) dos portos de Lisboa, do Porto, de Setúbal, de Faro, de Aveiro, de Vila do Conde ou de Viana de Caminha, como se dizia à época. Raramente sabemos de onde vinham esses barcos ou para onde iam, a quem pertenciam, o que transportavam, o que descarregavam e o que carregavam, quais eram os pontos de ruptura de carga⁵. Não temos

⁴ O trabalho está a ser desenvolvido por Joana Isabel Sequeira (CHAM / CITCEM) e Ana Clarinda de Jesus (Fac. Letras do Porto). Da primeira, veja-se o artigo “Michele da Colle: um mercador pisano em Lisboa no século xv” In *Con Gran Mare e Fortuna. Circulação de mercadorias, pessoas e ideias entre Portugal e Itália na Época Moderna*, Lisboa: Cátedra de Estudos Sefarditas «Alberto Benveniste» 2015, p. 21-34, e da segunda a tese de mestrado *Os livros de contas do mercador Michele da Colle (1462-63): do registo contabilístico à atividade comercial e financeira na praça de Lisboa*, Porto: Faculdade de Letras, 2016.

⁵ Conseguimos saber alguma coisa recorrendo sobretudo a arquivos estrangeiros; vejam-se, a esse respeito as teses de doutoramento de Filipe Themudo Barata *Navegação, comércio e relações políticas: os portugueses no Mediterrâneo Ocidental (1385-1466)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998, e de Flávio Miranda *Portuguese and the Medieval Atlantic. Commercial Diplomacy, Merchants and Trade, 1143-1488*. Porto, Fac. Letras, 2012. (bem como vários artigos que este investigador tem produzido). A publicação, que se

certezas sobre os impostos locais e centrais que deviam solver, embora saibamos alguma coisa sobre eles. Mas ignoramos quase tudo sobre os seguros que pagavam. E com isto escapa-nos em grande medida uma das dimensões mais importantes – senão a mais importante – da vida do país: o seu comércio externo. Pacientemente vamos juntando dados esparsos em documentos avulsos dos arquivos portugueses mas, mais do que isso, em arquivos estrangeiros⁶

4. Desconhecemos quase sempre montantes parciais ou globais da produção agrícola⁷; o que era escoado e vendido em mercados locais ou regionais, os excedentes que eram exportados por terra ou por mar (já veremos a importância desta produção). Por isso sabemos mal como se fazia e o que era um lavrador rico, ou o que significava uma região fortemente produtora de cortiça, de vinho, de cera, de mel, de sumagre, de figos ou de laranjas – o que era em números, em quantidades globais, em mão-de-obra que mobilizava, em níveis de vida que permitia, em produções associadas. Sabemos – sempre sem dispormos de quaisquer números ou quantidades – que os grandes mosteiros cistercienses do Douro foram, desde muito cedo, poderosos produtores de vinho, e que também cedo começaram a comercializá-lo através da cidade do Porto e possivelmente a exportá-lo. Para onde? Que volumes? Que lucro apuravam? Como o reinvestiam? Sabemos também que muitos dos vinhos de Ribadouro produzidos em terras do Infante D. Henrique vinham por estrada até Aveiro e eram embarcados e comercializados a partir daqui; mas uma vez mais não temos números globais de pipas, ritmos anuais, nem conhecemos os intermediários, os destinatários ou os lucros.

5. Uma das maiores incógnitas da nossa história medieval diz respeito à produção de cereais, a base da alimentação do tempo. Temo-nos contentado com afirmar, e repetir, que o país era fortemente deficitário em trigo, que para as principais cidades, com Lisboa à cabeça, essa falta era endémica e que, por isso, um dos grandes motores da expansão portuguesa foi a busca de celeiros de trigo ou de terras onde o pudéssemos cultivar. Por isso se teria atacado Ceuta, afirmaram alguns (porque

aguarda a todo o instante, dos registos do “Dret de los portugueses”, de Valência, dará mais um contributo valiosíssimo para nos aproximarmos do movimento dos barcos e dos comerciantes portugueses no século xv.

⁶ Especialmente italianos, aragoneses e ingleses.

⁷ Apesar de tentativas recentes para propor alguns cálculos (vejam-se alguns trabalhos de António Castro Henriques...).

se sabia que em certas regiões de Marrocos se produzia muito trigo – como se conquistar uma cidade marroquina permitisse passar a recolher tranquilamente o cereal da região), por isso se investiu na ocupação e colonização dos arquipélagos atlânticos da Madeira e dos Açores.

A este propósito, gostaria de deixar para a reflexão colectiva uma ideia: é arriscado generalizar, para todo o país e para todos os anos, algumas afirmações que podemos sustentar para determinadas colheitas e uma cidade ou uma região. As informações de que dispomos neste momento de forma alguma nos autorizam a repetir acriticamente a existência de uma ‘carência endémica de cereais’. Não houve um Portugal dos séculos XIV e XV, houve vários; e havia sobretudo Lisboa. A capital era extremamente sensível a problemas ou oscilações no abastecimento de pão. Uma guerra, um conflito menor, um ano agrícola mau no Alentejo, alguma especulação e açambarcamento, uma contrariedade nos transportes, e tínhamos a cidade aflita, a tentar requisitar trigo por todo o reino ou a importá-lo da Sicília ou do Norte da Europa. Ora a documentação que chegou até nós é em grande medida de produção central, ligada à Coroa e à cidade. Reconstituindo o passado essencialmente a partir dela, e sem grande cuidado de evitar generalizações indevidas, a sensação que nos fica é a de que o país vive realmente em contínua crise de cereais.

Tive oportunidade de ensaiar uma revisão dessa lista quase ininterrupta de crises cerealíferas, elaborada por um grande historiador já desaparecido, Oliveira Marques, e cheguei à conclusão de que, em muitos casos, quando faltava cereal em Lisboa, por qualquer razão, outras regiões do país tinham-no em abundância e até o exportavam com largueza⁸. Por isso, sempre que falarmos em crises de cereal, devemos tentar perceber se é uma crise de produção – se foi um ano agrícola mau, portanto, por seca ou chuva a mais, por doença nas plantas – se é uma crise de abastecimento ou se há apenas complicações de comercialização (ou uma combinação total ou parcial destes factores). E temos de esclarecer em que ano foi e em que regiões ou locais do país as dificuldades estão perfeitamente documentadas. Só quando tivermos dados razoavelmente completos da produção cerealífera do reino para os diferentes anos e as diferentes regiões, bem como estimativas de consumo, estaremos em condições de afirmar se o Portugal medieval foi

⁸ «“Tomar o pão dos coitados”: para repensar a Crise do Século XIV em Portugal», in *Economia, Instituições e Império. Estudos em Homenagem a Joaquim Romero Magalhães*, Coimbra: Ed. Almedina, 2012, p. 241-261.

estruturalmente deficitário em cereais ou não.⁹ Dito isto, Lisboa estará sempre interessada em novas fontes de fornecimento de trigo, e por isso a Madeira e os Açores vão ser rapidamente valorizados com essas colheitas.¹⁰ E não é raro outras zonas do país passarem por momentos graves de carência, principalmente no sul. Em actas de vereações de Loulé já do século XVI vemos a câmara a mandar alguns mercadores tentar descobrir e comprar trigo no Norte de África, nas Canárias ou nas Ilhas atlânticas (o chamado “trigo das Ilhas”).¹¹

Percebemos que a indústria do sal portuguesa era importantíssima a nível europeu, mas precisávamos de números. Não os temos. Em quase toda a costa se produzia sal, de desigual qualidade, em diversas quantidades e portanto com distintos graus de rentabilidade. Além de Setúbal, destacavam-se Aveiro e Matosinhos; ou o sal de Cabanões, em Ovar. Produto precioso e indispensável para a conservação do peixe, mas também da carne, sabemos que vinham por ele barcos das mais diversas regiões, desde o Norte da Europa ao Mediterrâneo. Por ser um dos nossos produtos mais estratégicos é que cidades como o Porto tentaram controlar a respectiva exportação de forma por vezes brutal, até militar.

Como o sal, a pesca. Antiga, muito rica, desde cedo atirou comunidades bastante fechadas e auto-organizadas de pescadores para muito longe da nossa perigosa costa – fosse para as águas marroquinas, fosse para as do Norte, em direcção ao actual Canadá e Terra Nova. Vitorino Magalhães Godinho chamou há muito a atenção para a importância destes homens, da sua experiência e da sua capacidade naval: temos por quase toda a costa pequenos portos de pescadores com um número elevado de barcos capazes de irem muito longe (caravelas, por exemplo, pinaças...). Temo-los em Viana, em Esposende, em Vila do Conde, na Azurara, em Bouças, em S. João da Foz, na Afurada, em Aveiro. Sabemos que Portugal exportava peixe: numa acta camarária portuense de 1431, um mercador de Barcelona e que carregara muito peixe no Porto, em vários barcos, precisava de saber todos os impostos que tinha

⁹ Agradeço à Prof.^a Maria Helena da Cruz Coelho, da Universidade de Coimbra, que partilhou comigo muitas destas ideias.

¹⁰ Como sabemos, na Madeira os cereais serão depressa substituídos por culturas mais valiosas, como o vinho e o açúcar, mas nos Açores não.

¹¹ *Actas de Vereação de Loulé. Século XVI (1522-1527)*, edição coord. por Luís Miguel Duarte, Suplemento da revista “al-‘ulya”, 14 (2014), p. 153-155.

de pagar antes de regressar¹². Mas compreende-se que, para uma boa história económica e social do país, seja insuficiente e muito frustrante não dispormos de números: quantos pescadores, quantos barcos e de que tipo e envergadura, qual o ritmo das suas saídas, qual o volume das capturas, que parte era para consumo local, que parte para consumo regional, penetrando no interior do país através das vitais caravanas dos almocreves, que parte era exportada, e para onde, e por quanto?

Outro silêncio ‘ensurdecidor’: a criação de gado. Sabemos que havia zonas fortemente vocacionadas para essa criação, com rebanhos consideráveis, com transumância. Sabemos que uma das canadas dos rebanhos da *mesta* castelhana – a “canada ocidental” – vinha para Portugal, para as pastagens do Campo de Ourique, no Alentejo. E sabemos por fim que, sendo o gado muito mais caro em Castela, praticamente por toda a fronteira se fazia contrabando; havia aldeias inteiras de contrabandistas. Passavam para lá bois, vacas e ovelhas, traziam de lá panos. Mas quase não temos números de cabeças de gado por rebanho: e com isso, ficamos sem números para o consumo da carne, mas sobretudo para a produção de lã e dos muito procurados couros (eram os carniceiros que os forneciam). Foi já sugerido que uma parte essencial da riqueza, eventualmente a mais importante, de uma ordem militar como a de Avis pode ter residido na criação de gado; falta documentá-lo. Estávamos por certo a uma enorme distância da vizinha Castela, com os seus impressionantes rebanhos e a sua riquíssima produção de lã. Aqui se começava também a cavar um significativo fosso entre as economias portuguesa e castelhana. Por isso, quando alguns historiadores chamam a atenção para a riqueza do reino vizinho, nos séculos xv e xvi¹³, com a exportação de lã de qualidade crescente, os mercadores de Burgos e os seus seguros marítimos, a vitalidade e a centralidade das feiras de Medina del Campo e de Villalón, eu tenho as maiores reservas em afirmar que Portugal acompanhava Castela nesta prosperidade – isto cingindo-me apenas à produção e ao comércio do reino, naturalmente, porque à medida que começarem a chegar os produtos ultramarinos tudo muda.

¹² “*Vereações*”. 1431-1432 (com o quadro cronológico e índice dos livros anteriormente publicados), leitura, índices e notas de João Alberto Machado e Luís Miguel Duarte, Arquivo Histórico – Câmara Municipal do Porto, 1985, p. 83-87.

¹³ Já há muito Luis Suárez Fernández e Teófilo Ruiz, a propósito das célebres “Festas de Valladolid”, de despedida a D. Leonor que vinha casar a Portugal com D. Duarte. Mais recentemente os sucessivos estudos de Hilario Casado Alonso, da Universidad de Valladolid.

Como quase não temos números para a produção artesanal e industrial. Conhecemos muito mal a produtividade das várias fileiras industriais (a do têxtil¹⁴, a dos couros, a da olaria, a das madeiras, a dos metais); sabemos um pouco mais – ainda assim, muito pouco – sobre outros dois sectores económicos decisivos, o da construção civil¹⁵ e o da construção naval. Para todos eles nos faltam desesperadamente os tais números, as quantidades, sem os quais é quase impossível ter uma ideia concreta das actividades económicas: quantos tanoeiros trabalhavam no Porto numa determinada época? Como estavam agrupados? Por oficinas? Quantos artesãos em cada oficina? Quantos aprendizes tinham nas suas oficinas, e em que regime? Onde compravam as aduelas, o ferro, as matérias-primas? Por quanto – e aonde iam buscar esse capital inicial de que precisavam para investir? Quantas pipas e tonéis fabricavam por dia? A quem os vendiam e por quanto? Qual a margem de lucro, e como eram distribuídos os lucros? Que salários se praticavam? Era possível um mestre tanoeiro enriquecer? O que era, nesta altura – em 1415 – enriquecer? Note-se que não foi ao acaso que escolhi o exemplo dos tanoeiros: fi-lo porque estamos em terra deles, em Aveiro¹⁶; mas fi-lo também porque quase tudo o que Portugal exportava ou mandava para a guarnição de Ceuta ia dentro de barricas ou pipas, bem como os víveres que seguiam a bordo das armadas para sustento dos marinheiros; ou seja, de cada um dos principais portos nacionais saíam anualmente milhares destes contentores. A tanoaria foi, com toda a certeza, uma indústria poderosa, que conseguimos entrever mas não quantificar.

Recentemente, como acabei de dar conta em nota, foi apresentada e defendida por Joana Sequeira uma tese de doutoramento sobre a indústria têxtil medieval portuguesa. Trabalhando com indícios, com informações muito fragmentadas, o que concluiu, ainda assim a respectiva autora? Que, ao contrário do que sempre se acreditou e escreveu, a nossa têxtil não era “atrasada” nem “periférica”, estando até na vanguarda técnica a nível europeu em alguns aspectos (em grande medida devido à experiência e ao saber fazer dos muçulmanos). Que Portugal,

¹⁴ Ainda assim, ficámos a saber bastante mais sobre esta, graças a um estudo modelar de Joana Sequeira, *O Pano da Terra. Produção têxtil em Portugal nos finais da Idade Média*, Porto: U. Porto Edições, 2014.

¹⁵ Destaque-se o esforço de investigação sistemática e continuada dinamizado por Arnaldo Melo e Maria do Carmo Ribeiro, ambos da Universidade do Minho, com a organização de colóquios regulares sobre o tema e a publicação das respectivas actas.

¹⁶ Não longe desta cidade, Maceda foi tradicionalmente terra de tanoeiros.

se foi um constante importador de produtos têxteis, também exportou alguns – panos de média e baixa qualidade, mas por isso de largo consumo, e constante; que havia produção local especializada e, como dizemos hoje, com denominação de origem (as mantas do Alentejo, as lonas de Vila do Conde); que em Bragança funcionou uma poderosa “casa dos sirgos” (das sedas), que chegou a laborar simultaneamente com 40 teares, num monopólio do Duque de Bragança, o qual contratara técnicos e responsáveis de Itália e de Valladolid.

Depois temos o comércio. Que posso eu dizer sobre ele, senão insistir na mesma tecla, já cansativa? Faltam-nos números, faltam-nos contabilidades, faltam-nos contas. Mas todos os indícios e testemunhos de que ainda assim dispomos apontam para o seguinte: desde muito cedo, desde o início da história de Portugal como reino independente, praticamente, vamos encontrar mercadores portugueses quer nos vários portos da costa atlântica europeia (do Golfo da Biscaia à Bretanha), passando muito pelo sul da Inglaterra e pela Irlanda, e pelo que são hoje os Países Baixos, quer no Mediterrâneo, em especial no Levante peninsular, mas rapidamente também nas Baleares e nas cidades italianas. Devido à escassez de documentação nos arquivos portugueses, dependemos particularmente de tudo o que aparecer em arquivos estrangeiros – e por vezes o que descobrimos nestes muda radicalmente a perspectiva que temos sobre a história de Portugal. Neste caso, o do comércio marítimo externo¹⁷, todas as indicações das fontes existentes em outros países passam a mesma mensagem: esse comércio externo praticado por mercadores portugueses era muito mais importante, mais antigo e mais intenso do que aquilo que a documentação portuguesa permite entrever. Dois exemplos: no ano de 1203, o rei inglês João Sem Terra passou salvo-condutos a cem mercadores portugueses. Estamos nas primeiras décadas de Portugal como reino independente; meio século após a conquista de Lisboa aos muçulmanos; quase nada sabemos acerca das suas actividades comerciais a alguma distância. E de Inglaterra vemos esta informação: pelo menos cem mercadores de cá andavam por lá; nos últimos anos do século XII, um barco português naufragou nas costas da Noruega; no início da centúria seguinte, já havia mercadores de Viana em França; ainda no reinado de Sancho I, outros andavam por Bruges. Passando para o final da cronologia que aqui me ocupa,

¹⁷ Porque também há um comércio externo feito através da fronteira com Castela que é pouco conhecido, mas que julgo ser bastante mais importante do que o que temos pensado.

a segunda metade do século xv, através de um imposto criado expressamente em Valência para gravar os navios portugueses, o chamado “Dret de los Portugueses” (1464-1512), ficamos a saber que havia muito mais barcos e muito mais mercadores do que aquilo que supúnhamos. Terras cujo desenvolvimento situávamos em pleno século xvi e graças ao comércio com o Brasil, como Viana, aparecem-nos já presentes com um número significativo de mercadores e de embarcações. É um país de certa forma desconhecido o que nos surge naquele livro de contabilidade fiscal valenciana. Se em relação à população não posso obviamente afirmar que na dúvida, no desconhecimento, atiremos por alto, tudo o que até hoje estudei sobre comércio externo encoraja-me a dizer que era uma dimensão fundamental da economia portuguesa, com toda a certeza superior ao que dela vamos podendo saber, e que arrastava positivamente muitos sectores da actividade produtiva. Exportávamos, como já se disse e é sabido, sobretudo produtos agrícolas e derivados do mar e da criação de gado – vinho, azeite, cera, mel, sumagre, couros e peles variadas, muita fruta, peixe e sal, por vezes cereal, mais tarde pastel e grã, corantes de elevado valor. Não são de forma alguma produtos de alto valor acrescentado, se comparados com os tecidos de luxo italianos, com os retábulos ou as tapeçarias flamengas, com os instrumentos metálicos de precisão da actual Alemanha, com as armas; mas têm a vantagem de serem produtos de consumo muito alargado, e são estes os mais seguros sustentáculos de um comércio sólido e constante.

Tem-se discutido – e é um debate central para a compreensão da nossa história – qual era o perfil dos nossos mercadores e a vocação dos seus barcos. Luís Adão da Fonseca sugeriu, e creio que bem, que eles eram sobretudo transportadores entre o Mediterrâneo e o Norte da Europa; e que muitas vezes, já com as cargas combinadas nos destinos e o lucro da viagem assegurada, eles carregavam produtos portugueses para aproveitar parte dessa viagem, produtos esses que tinham assim um frete quase gratuito.¹⁸ Gostaria de poder dizer muito mais aqui: de que forma esses mercadores se associavam entre si ou com congéneres de outros países, de que forma se financiavam e como investiam, que real dimensão tinham. Uma tese recente, de Flávio Miranda, mostra-nos estes homens no Norte, em Southampton, em Bristol, em Bruges,

¹⁸ Veja-se uma síntese deste autor em “A primeira expansão”, in *Memória de Portugal. O Milénio Português*, coord. geral de Roberto Carneiro, coord. científica de Artur Teodoro de Matos, Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, p. 216-225 (*maxime* 223-224).

como uma outra tese já com alguns anos os encontrara muito activos no Mediterrâneo¹⁹; aliás algumas das rotas centrais para eles ligam precisamente este mar interior à Europa do Norte; nessas rotas, cuja frequência se multiplica a partir da abertura do Estreito de Gibraltar, no século XIII, à navegação cristã, a costa portuguesa ocupa um lugar central, como é fácil de perceber. Não podem rivalizar com os italianos, evidentemente, nem mesmo com os castelhanos (sobretudo bascos, biscainhos – embora por vezes a documentação estrangeira os confunda e meta portugueses no meio dos “castelãos”). Por outro lado, não podemos pensar que são só os mercadores das cidades da costa que participam neste trato: os de Guimarães, por exemplo, tentam ganhar algum dinheiro exportando através do Porto; é de crer que o mesmo acontecesse com outras cidades.

Esse comércio externo, aquele onde de facto se ganha dinheiro sobretudo quando implica exportações²⁰, irriga praticamente todo o país de Norte a Sul e do litoral ao interior, arrasta quase todas as camadas sociais e anima quase todas as actividades. Vejamos o que se passa no Algarve, por exemplo, com a antiga e importantíssima exportação de uvas passas, de figos secos, de laranjas: dado o elevado volume destas exportações (por uma vez, chegou até nós um caderno com números que nos permitem ter alguma ideia de quantidades, o chamado “Livro de Repartição da Fruta”), existia, de certeza absoluta, outra indústria importante de que nunca se fala: a das seiras para transportar essa fruta. Não podia tratar-se de uma simples oficina de um cesteiro: tinham de ser centenas, milhares de seiras de tamanho e qualidade constante, produzidas anualmente para o mercado – afinal aquilo que, segundo Philippe Braunstein, define o conceito de *indústria*. Outro exemplo: em meados do século XIV, a cidade do Porto, normalmente muito assanhada a defender o seu privilégio de não residência de fidalgos, mestres de ordens militares e abades bentos, concede o cobiçado estatuto de *vizinho* a cerca de uma dezena de abades de mosteiros da região do Douro, precisamente porque os respectivos mosteiros se converteram em grandes produtores de vinho e querem comercializá-lo ou mesmo exportá-lo através da cidade. Acredito ainda que a exportação do sal de Setúbal

¹⁹ Filipe Themudo Barata, *Navegação, comércio e relações políticas: os portugueses no Mediterrâneo Ocidental (1385-1466)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – J.N.I.C.T., 1998.

²⁰ Mas também com as importações, como é óbvio.

estimulou a produção de vinho na região. Isso aconteceu em épocas diversas e distintas regiões.

Verificou-se por outro lado a passagem constante de mercadores estrangeiros em Portugal, e a sua eventual fixação, sobretudo em Lisboa. Os seus homólogos portugueses pedirão sempre ao rei, em Cortes, medidas protecionistas do nosso comércio: que os estrangeiros não possam vender a retalho, por exemplo; que apenas possam fazer as suas compras em Lisboa (quando nós temos notícia, entre outras, de que andavam italianos no alto Douro a comprar couros directamente aos produtores). Por uma vez, não estou certo de que as reclamações dos mercadores portugueses reflectam o eterno espírito de queixa e a necessidade da igualmente eterna protecção do Estado: creio que, em certos casos, os privilégios que os reis de Portugal concederam aos mercadores estrangeiros distorceram a concorrência a favor destes. Dentro de algum tempo, e graças a um projecto de investigação em curso, poderemos ter números e factos sobre a actividade de uma companhia italiana (os Salviati – da Colle) em Lisboa, durante alguns anos da segunda metade do século xv, e isso porque os arquivos italianos desta companhia estão intactos. Poderemos então saber não só o que eles compravam e vendiam em Lisboa (chegaram cá a vender papel, isso já podemos dizer), mas como é que eles usavam a sua filial portuguesa para movimentar mercadorias por toda a Europa (por exemplo, os couros da Irlanda). E que tipo de associações tinham com parceiros portugueses.²¹

Uma das dimensões da economia nacional – e da vida das pessoas – mais importante e menos bem conhecida é a do crédito, e do financiamento da economia em geral (dimensão a que estamos, hoje, particularmente sensíveis). No Portugal de que falamos não havia bancos²²; como não os havia em Inglaterra, nem em muitos outros reinos. Recorria-se geralmente aos bancos italianos. Mas era essencial perceber como se arranjava dinheiro a todos os níveis da sociedade: a quem é que o pequeno camponês pedia emprestado, quando uma colheita má ou um acidente o impediam de pagar as rendas e os impostos? A quem pedia ajuda monetária uma família em dificuldades, por um incêndio, uma doença, uma morte? Estamos num campo interessantíssimo, aquilo a

²¹ Ver os trabalhos de Joana Sequeira e de Ana Clarinda Cardoso citados na Nota 4.

²² Temos apenas uma referência ainda um pouco misteriosa a um banqueiro judeu, estudado por António Dias Farinha, mas cuja actividade de todo nos escapa: *O primeiro banco em Portugal (1465)*, Lisboa: CEHCA, 1993.

que Laurence Fontaine chamou a “economia moral”, e que é compreensível por aqueles de nós que, já com alguma idade, se lembram dos empréstimos da família, dos livros de vender fiado na mercearia, das trocas, etc. A quem pedia o lavrador que queria investir na compra de terra ou na construção de um moinho ou de um lagar? A quem pedia o artesão que precisava de matéria-prima, de instrumentos de trabalho, que se queria lançar com uma tenda-oficina maior, que queria arriscar num negócio? A quem pediam as equipas de pedreiros e carpinteiros dirigidas por um mestre que se preparavam para iniciar uma empreitada cara? A quem pediam as cidades cujas finanças eram geralmente deficitárias (aqui já temos várias respostas – pediam a cidadãos ricos, lançavam uma finta *ad hoc*, etc.)? Mas passando aos estratos mais elevados da sociedade: a quem pediam dinheiro os mercadores quando precisavam de financiamento para um negócio? Com que prazos de pagamento e a que juros? A quem pediam dinheiro emprestado os nobres, desde as poucas casas tituladas (quatro, no tempo de D. Fernando), a todas as outras linhagens principais, mais ou menos poderosas, mais ou menos próximas da Corte? Ao rei, claro, sob a forma de tenças, mas... e para o resto? Sabemos que, no futuro, a ruína de uma grande família arrastará muitas vezes com ela a ruína da casa comercial ou bancária que lhe concedeu crédito. A quem pede dinheiro, por último, o Rei de Portugal, ele que necessita frequentemente de tanto e que, após D. Fernando e até D. Manuel, vai ter sempre uma despesa muito superior à receita? Também aqui temos respostas parcelares: o rei pede dinheiro emprestado ao país contribuinte (muito diferente do de hoje), através dos chamados “pedidos” – imposto extraordinário – ou “empréstimos”, que raramente eram depois pagos a quem emprestou. Pede impostos extraordinários para acorrer a despesas ‘extraordinárias’, mas depois gasta-os em despesas correntes, como um recente trabalho de doutoramento deixou claro²³. Pede a bancos italianos; pede a judeus ricos, ou pede a comunidades judaicas inteiras. Passado este período cronológico que aqui nos interessa, a Coroa vai finalmente lançar títulos de dívida pública, ao mesmo tempo que se multiplicam as instituições privadas que concedem crédito – as Misericórdias, por exemplo, vão emprestar muito dinheiro; ou instituições da Igreja. Mas para este início do século xv, julgo que um dos problemas da economia e da sociedade portuguesa

²³ Rodrigo da Costa Dominguez, *O Financiamento da Coroa portuguesa nos finais da Idade Média, entre “o Africano” e “o Venturoso”*, Porto: Fac. Letras, 2013.

é a relativa escassez de possibilidades de financiamento e de crédito, escassez essa que faz mal a quase todas as classes sociais e a quase todas as actividades.²⁴ E devemos estudar o tema lembrando que, nas sociedades pré-industriais, o problema do crédito está ligado ao da confiança (dois conceitos riquíssimos e complexos que faríamos mal em utilizar apenas com a denotação actual) mas, sobretudo, que é uma questão de poder e depende das relações sociais entre quem empresta e quem toma emprestado.

Para resumir este longo enunciar de dúvidas e de perplexidades, o Portugal que conquistou Ceuta, em 1415, seria um país periférico, pobre e atrasado? Para um caso concreto em que isso foi afirmado, o da indústria têxtil que já aqui trouxe, não atrasado, não periférico, não especialmente pobre. A partir do momento em que os cristãos dominam uma das colunas de Hércules, e depois as duas (Ceuta, de um lado, Algeciras e Gibraltar, do outro), a navegação entre o Mediterrâneo e a Europa Atlântica vai intensificar-se. São sobretudo as galés italianas que se dirigem ao Norte da Europa – à Inglaterra e à Flandres – e regressam aos portos de origem tão carregadas quanto partiram, vivificando ainda mais as áreas produtivas mais animadas do continente. Ora esse trânsito passa pelas costas portuguesas. Passa e pára, porque as galés são de navegar perto da costa e de fazer escalas frequentes. Concretamente estas param no Algarve e param em Lisboa. Não esqueçamos que há um tráfego importantíssimo entre as ricas e industrializadas cidades do Norte de Itália e a Flandres que se faz por terra, por exemplo pelas feiras da Champagne e depois, com a decadência destas, por outros caminhos. E em relação a esse tráfego Portugal será sempre periférico. É verdade que não tivemos nenhuma produção industrial dos chamados artigos de luxo (tirando a seda, de que falei), com enorme valor acrescentado, mas fomos capazes de alimentar praticamente todas as necessidades internas, e não me parece que se registassem atrasos técnicos decisivos em áreas igualmente decisivas. Faltava talvez dinheiro, liquidez, faltavam certamente instrumentos de dinamização financeira e comercial²⁵, faltavam grandes feiras, como as da Champagne, depois, aqui ao lado, as de Medina del Campo e de Villalón – nós só tínhamos a feira de Trancoso a que acorria a Mofina Mendes. A Portugal creio que faltava essencialmente escala.

²⁴ Sobre a questão do *crédito*, veja-se Laurence Fontaine, *L'Économie Morale. Pauvreté, crédit et confiance dans l'Europe pré-industrielle*, Paris: Gallimard, 2008.

²⁵ Embora fosse conhecida e utilizada em Portugal, a *letra de câmbio*, numa cronologia, com uma frequência e um volume que estão longe de ser bem conhecidos.

Mesmo sem dispormos de números, parece evidente que não tínhamos grandes cidades: havia a capital, Lisboa, com um número razoável de habitantes à escala europeia (mas muito longe dos números de Paris ou Londres, por exemplo); depois Évora e Santarém, ela por ela, abaixo o Porto, Coimbra... Cidades pequenas, com pouca gente. Mas o essencial do nosso povoamento, hoje há um acordo sobre isso, seria uma rede de cidades e vilas médias e pequenas: Braga, Viana, Guimarães, Vila do Conde; mais para o Douro Lamego, Vila Real, Chaves, Bragança... Entre estes núcleos pode ter existido uma economia de produção e de troca animadas, com economias de escala, com especializações – mas estaremos sempre a falar de mercados limitados, de unidades produtivas não muito grandes, por isso de produtores e de comerciantes em número contido e com uma projecção política e social limitada. Não quero evitar a pergunta que eu próprio fiz: país remediado ou médio, diria, periférico em alguns aspectos, em outros central; país atrasado, não.²⁶ A não ser que este modo de colocar os problemas não faça sentido: no fundo, definimos duas religiões ‘avançadas’ (cidades do Norte de Itália, como Génova, Veneza e Pisa; e do que hoje são, *grosso modo*, os Países Baixos e parte da Alemanha) e comparamo-nos com elas em alguns parâmetros mais evidentes, o que nos converte fatalmente em ‘atrasados’. E definimos ‘centros’, face aos quais somos forçosamente ‘periferias’, com implicações que cada vez me levantam mais dúvidas. Por isso talvez estas não sejam as melhores perguntas ou o “bom contexto”, como gosta de dizer Laurence Fontaine. Talvez seja mais interessante estudar *o país em si mesmo*²⁷. Então interessará sobretudo conhecer a produção e a distribuição da riqueza, a satisfação das necessidades nos vários estratos da população, as diferentes estratégias que estes vários grupos criaram e utilizaram para sobreviverem, no caso dos mais humildes, ou para viverem ao nível que a representação que faziam de si próprios os levava a ambicionar.

²⁶ Ou melhor, para ser mais exacto e repetir a fórmula, certamente atrasado em algumas dimensões da sua vida, mas noutras ao par do que se passava pela restante Europa cristã e, num par de coisas, até à frente do seu tempo.

²⁷ Como já se percebeu, estou a ‘roubar’ o título a uma obra de Stephen R. Epstein, *An island for itself. Economic development and social change in late medieval Sicily*, Cambridge University Press, 1992.

E a sociedade? E a política?

O Portugal das vésperas de Ceuta é o Portugal dos anos finais de D. Fernando, da Crise de 1383-85, do início da dinastia de Avis, de D. João I e dos seus célebres filhos. É difícil olhar para o país e ver nele um conjunto de comunidades cheias de energia, prontas a explodir, a embarcar, a arriscar no mar ou em novas colonizações. O problema demográfico propriamente dito não se punha, isto é, não existia de forma alguma gente a mais para a terra disponível. Podia existir, isso sim, gente a mais para as oportunidades disponíveis, ou seja, um país socialmente bloqueado; existia muita gente capaz de arriscar – repito o verbo – para viver melhor. Mas atenção: não estou a falar dos mercadores, dos grandes burgueses das cidades. Esses não. Já tinham a sua dose de risco, mais do que suficiente, nos negócios em que se metiam, nos perigos das viagens dos barcos em que investiam. Não queriam saber para coisa nenhuma como era a costa ocidental africana e o que ficaria ao sul do Bojador. Não lhes interessava especialmente a conquista de Ceuta; é certo que podia tornar mais segura a comunicação entre os dois mares, diminuir a pirataria muçulmana, mas não contavam com a praça para fazer comércio, para chegar ao ouro do Sudão ou a quaisquer especiarias, seda ou trigo. Não é assim que os mercadores pensam. Não querem conquistas, querem feitorias e cônsules, e para isso pouco lhes interessa a cor do parceiro ou o deus a que reza. Faria apenas aqui uma reserva: o comércio português para o Norte da Europa não estava a passar pelos seus melhores dias, muito em consequência do Tratado de Windsor, de 1386, e ao contrário do que se costuma pensar²⁸. Haveria uma maior disponibilidade para apostar no trato mediterrânico, onde os portugueses de resto sempre andaram, e por isso para considerar uma presença em Ceuta. Mas tudo isto me parece bastante nebuloso. Os mercadores do Porto, por exemplo, não gostaram nada que lhes requisitassem barcos que já tinham fretado para os seus negócios; e menos gostaram que o rei nunca lhes pagasse a requisição desses navios. Armindo de Sousa, estudando os capítulos do povo nas cortes medievais, concluiu que os burgueses nunca estiveram atentos à expansão, até a condenaram. Até ao dia em que ela começou a dar dinheiro. Quando a Coroa

²⁸ Remeto uma vez mais para a tese de Flávio Miranda, *Portuguese and the Medieval Atlantic. Commercial Diplomacy, Merchants and Trade, 1143-1488*, Faculdade de Letras do Porto, 2012.

‘leilou’ a primeira exploração da costa ocidental africana, ninguém se mostrou interessado, salvo Fernão Gomes. Quando os seus semelhantes viram que Fernão Gomes estava a ficar rico, de repente todos passaram a querer entrar no negócio, protestando que uma riqueza que devia ser pública não podia estar arrendada a um homem só. Por isso Armindo de Sousa concluiu que estes burgueses e estes grandes mercadores, em certa medida, entraram na Modernidade de costas, e empurrados.

Quem queria ir? Quem precisava urgentemente de uma expedição, de uma batalha, de uma guerra? A nobreza, sem sombra de dúvida. Toda ela. Atravessando um processo de alguma recomposição desde meados do século XIV, quando devido à guerra civil castelhana, a guerra dos Trastâmaras, Portugal se começou a encher de fidalgos castelhanos exilados, que transferiram para cá as suas rivalidades internas e se excederam na tentativa de mais se aproximarem da família real portuguesa (os Castros e os Teles de Meneses, por exemplo), essa nobreza viu algumas das suas famílias mais antigas perderem poder, influência e, em movimento inverso, afastaram-se da Coroa. Repare-se tão só nisto: no reinado de D. Fernando, as quatro casas tituladas estão nas mãos de famílias castelhanas (Castro, Teles de Meneses, Andeiro). Por isso, quando morre D. Fernando, há um numeroso e importante partido que toma posição por D. João de Castro (filho de Pedro e Inês; alguns pelo seu irmão Dinis); e há muitos nobres, os da Beira, por exemplo, que ganharam sozinhos aos castelhanos a batalha de Trancoso, que não tomam partido por ninguém (porque a nobreza é sobretudo fiel à sua linhagem, muito mais do que a um rei).

Depois da batalha de Aljubarrota e do triunfo do partido do Mestre de Avis, muitos fidalgos importantes, chefes de linhagem, passaram para Castela (isto se não morreram na batalha ou nas escaramuças da crise, como o Ataíde). Tem-se falado numa reorganização social da nobreza a partir da Crise. É assunto que requer algum cuidado. É verdade que houve famílias para quem a aposta no partido errado, durante a crise, significou o eclipse e a extinção, pelo menos em território português. É igualmente verdade que se verificou a ascensão de algumas outras, graças ao apoio que deram ao Mestre de Avis. Mas a estrutura da alta nobreza não sofre os abalos que se pensou: na Sala de Sintra, depois dos brasões da Casa Real, encontramos a Casa de Vila Real – após uma travessia do deserto subsequente à morte do seu pai em Aljubarrota, lutando por Juan I de Castela, D. Pedro de Meneses, dos Teles de Meneses, aparece-nos em Ceuta já como condestável do Infante herdeiro D. Duarte e, aceitando a

quase suicida capitania da cidade, quando todos os indicados pelo rei a recusaram, consegue reconstituir, com juro, o prestígio da sua linhagem. A história não é diferente para muitas outras grandes famílias. Os Ataídes tinham já entrado no círculo mais próximo do rei, nas casas dos infantes.

É precisamente a nobreza quem eu vejo mais entusiasmada com a expedição a Ceuta. E aqui conviria fazer um pequeno parêntesis: a expansão territorial portuguesa posterior à conquista do Algarve começa ainda no tempo de Afonso IV, com as tentativas de ocupar as Canárias. O ataque a Ceuta – que chegou a pensar-se como um golpe militar sem sequência, para depois se converter numa ocupação duradoura da cidade – insere-se nessa mesma dinâmica de expansão territorial por via militar, uma espécie de reconquista do outro lado do Atlântico, se quisermos. A fidalguia estava sem combater havia quase três décadas, e em cada vez mais evidente quebra de proventos dos seus domínios. Já que não via como aumentar estes proventos, só podia recompor o seu nível de vida recebendo mais dinheiro do rei. Para tal precisava de combater sob a sua bandeira. Vai fazê-lo, muito empenhada, em Ceuta (a pressão dos infantes faz em boa medida corpo com esta pretensão dos nobres), vai continuar a fazê-lo em Marrocos por todo o século xv, muitas vezes em cavalgadas inúteis e em bravatas que punham em risco a segurança das guarnições portuguesas.

Outra coisa, distinta, são as explorações da costa ocidental africana. Durante algumas décadas, pequenas expedições de caravelas ou barcos de pesca vão tentar chegar cada vez mais longe, para sul, neste percurso: por aqui já encontramos outro tipo de gente: muitos algarvios, muitos criados do Infante D. Henrique, alguns do Infante D. Pedro, muitos setubalenses. São viagens *privadas*, financiadas por D. Henrique, ou por um consórcio de participantes; procuram lucros através da captura de escravos, de alguma mercadoria que obtenham ou roubem na costa, das tartarugas gigantes que apanham. Durante muito tempo, o resultado destas viagens é decepcionante (muitas deram certamente prejuízo). Sabemos que, a partir de um certo ponto, a fortuna iria mudar, e além de numerosos escravos, começou a chegar algum ouro, especiarias africanas, marfim, até valiosos papagaios. Então todos vão querer participar, entre eles os mercadores de Lisboa e do Porto que se tinham sempre mantido afastados destas aventuras.

Uma terceira dimensão, distinta destas duas anteriores (a conquista militar em Marrocos, a exploração da costa africana) será a colonização dos arquipélagos atlânticos. Esse desafio atrairá gente de todo o país,

sem dúvida colonos do Norte também, que viviam do campo mas aspiravam a uma vida melhor, que as relações sociais de produção algo fossilizadas e opressivas do continente não lhes permitiriam alcançar. Como já disse, não é que fosse, no continente, gente a mais; mas era uma sociedade pequena demais para eles.

Quer na expansão norte-africana, quer nas navegações, quer na exploração da Madeira e dos Açores, apesar de alguma iniciativa individual e colectiva, apesar das concessões de tipo senhorial, notar-se-á sempre a presença forte e decisiva da Coroa. Temos insistido que esse é um dos traços que mais nos diferencia dos outros reinos europeus, e desde logo da vizinha Castela: uma centralização régia sólida e muito precoce, quase continuada, com pouquíssimas interrupções e recuos, um punhado de monarcas com reinados de quase meio século (Afonso Henriques, D. Dinis, D. João I, D. Afonso V), tudo isto ditou, simultaneamente, uma Coroa forte e uma nobreza fraca e submissa²⁹. A chamada ‘nacionalização’ das ordens militares portuguesas, que começou quando D. Pedro entregou a Ordem de Avis ao seu filho João, que era uma criança de sete anos, e continuou com as outras ordens a serem todas concentradas nos filhos de D. João I, é mais um testemunho disso. E revelou-se decisiva no processo expansionista.

Não poderia escrever aqui que o Portugal que protagonizou as grandes viagens marítimas do século xv e do século xvi era um país excepcional com um povo excepcional, que reunia condições políticas, económicas, sociais, técnicas e científicas únicas, ou um ardor religioso invulgar, que também foi, sem dúvida, uma das motivações da Expansão. Do outro lado do mundo, os descomunais juncos chineses capitaneados por Zeng-He tinham iniciado, antes de nós, o caminho inverso, que interromperam na costa sul de Moçambique em 1433. Não posso dizer aqui que a marinha mercante ou de pesca portuguesa era muito superior à basca, à galega ou à cantábrica, porque não era; o acordo de comércio que os nossos mercadores firmaram com o rei inglês Ricardo III, tinham-no os bascos assinado, tal e qual, dois anos antes. Mas posso tranquilamente afirmar uma ideia: por aqueles anos, finais do século xiv, primeira metade do século xv, com o chamado “Velho Mundo” ou o sistema que unia o Mediterrâneo ao Índico através do Mar Vermelho e que incluía a Rota da Seda, a dar provas de algum esgotamento e as navegações da

²⁹ Muitas destas ideias foram bebidas em longas conversas com o meu colega José Augusto Pizarro, da Faculdade de Letras do Porto, a quem agradeço.

costa atlântica europeia, inversamente, a exibir um grande dinamismo, foi nestas costas, com estes barcos, estes pescadores e estes marinheiros, com o apoio da Coroa e um forte investimento de alguns infantes e alguns senhores, que se fizeram as apostas e se correram os riscos decisivos não tanto para descobrir povos que estavam descobertos e nunca estiveram perdidos, mas para ligar entre si regiões que em muitos casos desconheciam a existência umas das outras e, desse modo, para transformar para sempre o mundo, e transformá-lo de uma forma especial, cujos efeitos ainda hoje sentimos e tentamos compreender.

ÍNDICE

Nota de abertura

JOSÉ AGOSTINHO RIBAU ESTEVES 7

aMar Aveiro na Expansão

MIGUEL CAPÃO FILIPE 9

Palavras Iniciais

LAURO ARMANDO FERREIRA MARQUES 11

O Portugal que foi a Ceuta: certezas e dúvidas

LUÍS MIGUEL DUARTE 17

ECONOMIA E SOCIEDADE

Linhas de força das políticas portuguesas de colonização: os começos – Marrocos e ilhas do Atlântico Norte

JOAQUIM ROMERO MAGALHÃES 41

Aveiro na época dos Descobrimentos

DELFIN BISMARCK FERREIRA 61

Aveiro e as suas Gentes na abertura de Quinhentos

SAUL ANTÓNIO GOMES 85

*A navegação na Ria de Aveiro na época moderna:
arqueologia subaquática e marcas na paisagem*
PATRÍCIA CARVALHO, JOSÉ BETTENCOURT e INÊS PINTO COELHO 167

O mercado internacional do sal de Aveiro na Época Moderna
SARA PINTO e INÊS AMORIM 179

Nota geográfica sobre o povoamento na área de Aveiro ao início de Quinhentos
JORGE ARROTEIA 195

A CONSTRUÇÃO DO IMPÉRIO – OS PERSONAGENS

*Distinguir, legitimar e defender Portugal segundo o humanista Fernando
Oliveira: Notas para uma história das Ideias de Portugal no século XVI*
JOSÉ EDUARDO FRANCO 211

Antónia Rodrigues, uma Aveirense nos Descobrimentos.
PAULA DUARTE 229

João Afonso de Aveiro – o Homem e a História
FRANCISCO MESSIAS TRINDADE 251

A IMPORTÂNCIA DA DOCUMENTAÇÃO E SUA PRESERVAÇÃO NA RELEITURA DA HISTÓRIA

A preservação da memória da cidade através da cartografia antiga
NUNO DA SILVA COSTA 271

A CULTURA, A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

A arqueologia subaquática na Ria de Aveiro: estado da arte
FRANCISCO ALVES 283

*Rumo ao Mar Oceano: Aveiro na arquitetura
e construção naval dos Descobrimentos*
ANTÓNIO VÍTOR CARVALHO 305

<i>As descobertas arqueológicas na Ria de Aveiro – qual a importância do “Porto de Aveiro” no séc. XIV e XV</i>	
SÉRGIO DIAS	325
<i>Aveiro e o Mar</i>	
COM. JOSÉ RODRIGUES PEREIRA	339
<i>Dois «retratos» na Aveiro Quatrocentista – O Túmulo de João de Albuquerque, Senhor de Angeja, e o Retrato da Princesa Joana</i>	
FERNANDO ANTÓNIO BAPTISTA PEREIRA	353
<i>A viagem das plantas</i>	
ROSA PINHO	377
 O QUE PERMANECE	
<i>Os Descobrimentos Portugueses na primeira historiografia aveirense</i>	
MANUEL FERREIRA RODRIGUES	399